



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Unidade correicionada: **6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA**  
Data de realização: **23 A 25 DE MAIO DE 2016**  
Jurisdição: **Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu.**

No dia 23 de maio de 2016, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **EDUARDO SERGIO DE ALMEIDA**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais relativos ao período de **1º de junho de 2015 a 22 de maio de 2016**, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Atuaram nesta correição o Secretário da Corregedoria **Paulo Lindenberg Castor de Lima** e os servidores **Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdélio Ventura Paulo, Valdevina Félix da Costa Pereira, Adalcídio Pereira Júnior e Renan Cartaxo Marques Duarte**, este último, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, prestando apoio nas áreas negocial e técnica do sistema PJe-JT. O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor, com base nas informações prestadas pela 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em suas observações resultantes do exame dos processos em correição e na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas Hórus, e-Gestão, SAOPJE e SUAP referentes ao período de **1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 (12 meses)**, registrou o seguinte:

### 1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, criada pela Lei nº 8.432, de 11/6/1992, e instalada em 12/11/1992, encontra-se situada na Avenida Deputado Odon Bezerra, 184, Tambiá – Empresarial João Medeiros – Piso E1 (Fórum Maximiano Figueiredo) – João Pessoa/PB.



Quanto à estrutura judicial, atuaram na Unidade, no período correicionado, a Juíza Titular **Rita Leite Brito Rolim** e a Juíza Substituta Permanente **Ana Cláudia Magalhães Jacob**.

Durante o período correicionado, encontram-se registrados os afastamentos dos referidos magistrados, conforme quadro abaixo:

RITA LEITE BRITO ROLIM			
Motivo	Normativo	Início	Término
EJUD	Protocolo TRT nº 12628/2015	11/5/2015	15/5/2015
Férias	Protocolo TRT nº 31227/2014	2/7/2015	31/7/2015
Licença médica	Protocolo TRT nº 27084/2015	17/11/2015	20/11/2015
Licença médica	Protocolo TRT nº 533/2016	12/1/2016	10/2/2016
Compensação Férias	Protocolo VP 006 nº 4862/2015	21/3/2016	22/3/2016
Férias	Protocolo TRT nº 24871/2015	25/4/2016	24/5/2016

ANA CLÁUDIA MAGALHÃES JACOB			
Motivo	Normativo	Início	Término
EJUD	Protocolo TRT nº 12628/2015	11/5/2015	15/5/2015
Férias	Protocolo TRT nº 31227/2014	1º/6/2015	30/6/2015
EJUD	Protocolo TRT nº 26332/2015	6/10/2015	8/10/2015
Férias	Protocolo TRT nº 31227/2014	19/11/2015	18/12/2015
Licença médica	Protocolo TRT nº 03893/2016	7/3/2016	9/3/2016

**Não há registro de inassiduidade ou manifestações dessa ocorrência, na Ouvidoria, acerca da magistrada titular e da juíza substituta permanente acima mencionadas.** Nesse mesmo sentido, com relação aos Juízes Substitutos Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim, Ana Paula Cabral Campos, Flávio Londres da Nóbrega, Francisca Poliana Aristóteles Rocha Sá de Carvalho, Francisco de Assis Barbosa Júnior, Francisco Xavier de Andrade Filho, George Falcão Coelho Paiva, José Guilherme Marques Júnior, Lindinaldo Silva Marinho, Luiz Antônio Magalhães e Renata Maria Miranda Santos, que eventualmente atuaram na 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa durante o mencionado período.



Com relação à estrutura administrativa, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa atualmente conta com **15** servidores, conforme cargo, função e data de lotação a seguir descritos:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Abilio de Sá Neto	Analista Judiciário - Diretor de Secretaria	12/1/2009
Cynthia Fabel Leal	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	3/9/2004
Elizael Soares Pereira	Técnico Judiciário	4/5/2009
Flávia Raquel Miranda Dias Borges	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	24/08/2004
Joseni Ribeiro de Araújo	Técnico Judiciário - Assistente IV	18/7/2007
Lúcio Flávio da Silva	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	3/9/2004
Manoel dos Santos Lima	Analista Judiciário - Assistente III	16/11/1992
Marcelo Moreira Gouveia Santos	Analista Judiciário - Assistente IV	19/6/2015
Maria Aurileide Rocha Lobo	Técnico Judiciário - Assistente II	12/11/2012
Marie Suzanne Malzac	Técnico Judiciário - Assistente IV	2/4/1996
Marília Monteiro Quaresma	Técnico Judiciário - Assistente V	3/9/2004
Olga Leite Sousa Pires de Figueiredo	Técnico Judiciário - Assistente III	4/5/2015
Sirlei Aparecida Dias Moura	Técnico Judiciário	28/4/1993
Tatiana Mércia Borges Dock Pinheiro	Técnico Judiciário - Assistente III	14/2/2014
Thelma Iris Sobreira Gomes de Lira	Técnico Judiciário - Assistente IV	13/6/1997

A Vara correicionada contava com duas estagiárias: Thais Roberta da Costa Galiza e Varélia Pereira de Andrade, cujos contratos, por força das recentes medidas de contenção orçamentária, foram encerrados em janeiro de 2016.

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa adota a divisão de tarefas mediante a utilização de faixa processual nos feitos que tramitam na fase de execução. Com relação aos processos que tramitam na fase de conhecimento, informou que a Unidade correicionada divide o trabalho tanto por faixa de numeração, quanto por tipo de procedimento e tarefa realizados: o controle de perícias fica sob a responsabilidade de um servidor, enquanto outros cuidam do apoio ao gabinete do juiz e à sala de audiências no que se refere ao cumprimento de todas as diligências desses setores. Por fim, informou que o servidor responsável pelo atendimento também auxilia todos os setores em relação ao pagamento por meio de liberação de guia de depósito judicial e alvará, quando necessário, lançando as informações no sistema.

Foi apresentado pelo Diretor de Secretaria, durante os trabalhos correicionais, a forma de acompanhamento do trabalho dos servidores, por meio de planilha confeccionada pela Unidade, na qual são registrados os prazos e os



respectivos processos que se encontram sob a responsabilidade de cada servidor.

A última correição ordinária realizada na Unidade ocorreu no período de **1º a 3 de junho de 2015**, sob a direção do Desembargador **UBIRATAN MOREIRA DELGADO**.

## 2. DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados **100** processos, por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **70** no sistema PJe-JT, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **19** despachos correicionais em processos do PJe-JT e **06** em processos do SUAP, dos quais **07** relativos ao BNDT, análise esta concluída às 8h do dia **25/5/2016**.

É concedido o prazo de 20 dias para o cumprimento desses despachos, quando deverá ser oficiada a Secretaria da Corregedoria.

Ante a ausência de um módulo de correição no PJe-JT, os processos analisados que tramitam nesse sistema foram relacionados conforme quadro anexo à presente ata (Anexo)

## 3. DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

A 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa possui um **acervo** processual de **2.977** processos, assim distribuídos: **1.530** tramitando na fase de conhecimento, **20** na fase de liquidação, **1.372** na fase de execução e **55** cartas precatórias pendentes de devolução, segundo dados constantes do e-Gestão (**30/4/2016**).

### 3.1. Da Fase de Conhecimento. Casos Novos. Pendentes de solução.

Durante o período correicionado (**12 meses**), a Unidade recebeu **1.753** casos novos por distribuição e **101** por redistribuição, dos quais **506** com tramitação preferencial e **01** com sentença anulada ou reformada, que, somados ao resíduo de meses anteriores, **632**, totalizaram **2.487** ações. Dessas, **1.575** foram solucionadas, restando **912** feitos pendentes de solução na fase instrutória.

Dos processos solucionados, **403** foram conciliados, **27** julgados procedentes, **452** julgados procedentes em parte, **148** julgados improcedentes, **96** extintos, **301** arquivados, **68** com desistências e **80** com outras decisões, totalizando **1.575** ações.



No período correicional anterior (**1º/9/2014 a 30/4/2015 – 08 meses**), foram registrados **1.146** casos novos e **591** processos pendentes de solução.

No tocante a **exercícios anteriores**, temos os seguintes dados: em **2014**, foram autuados **1.602** casos novos, restando **493** processos pendentes de solução; já em **2015**, a Unidade autuou **1.808** casos novos, remanescendo **755** pendentes de solução.

Quanto ao **atual exercício**, o e-Gestão contabiliza **675** casos novos até **30/4/2016**.

### 3.1.1. Da fase de conhecimento. Audiências. Diligências. Prazos médios.

A Vara correicionada realiza audiência da segunda à sexta-feira.

Quanto ao prazo da pauta, segundo informações do Diretor de Secretaria, as audiências, nos ritos sumaríssimo e ordinário, ajuizadas em **19/5/2016** estão sendo designadas para os dias **1º/7/2016** e **12/7/2016**, respectivamente.

Conforme informações colhidas junto ao sistema PJe Gerencial, no dia 24 de maio de 2016 havia registro de audiência para continuação dos trabalhos designada para o dia **29/9/2016** (Processo 0130176-42.2015.5.13.0006).

DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS			
1º/5/2015 A 30/4/2016			
Realizadas	Inicial	1.291	
	Instrução	938	
	Julgamento	3	
	Una	345	
	<b>Total</b>	<b>2.577</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento	89
		Fase de execução	58
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>2.724</b>

Foi registrado que, no dia **30/4/2016**, havia **66** processos com instrução encerrada aguardando prolação de sentença (e-Gestão).

Durante o período correicionado foram **convertidos em diligência 114** processos, dos quais **71** para prolação de sentença líquida.



Quanto aos **prazos médios** pertinentes à fase de conhecimento, os dados são os seguintes, considerando a data de ajuizamento da ação:

<b>a) rito sumaríssimo:</b> 58,92 dias - realização da 1ª audiência; 64,60 dias - encerramento da instrução; 67,47 dias - prolação da sentença;	<b>b) rito ordinário:</b> 62,27 dias - realização da 1ª audiência; 130,06 dias - encerramento da instrução; 127,76 dias - prolação da sentença.
--	--

Na correição anterior, apurou-se que o prazo médio do ajuizamento da ação até a primeira audiência, no rito sumaríssimo, era de **36,87** dias. Desse modo, os dados registrados apontam para um aumento de **59,80%** no prazo médio dessa tramitação.

Em relação ao rito ordinário, apurou-se que o prazo médio do ajuizamento da ação até a primeira audiência era de **40,47** dias, passando para **62,27** dias na correição atual, correspondendo a um aumento de **53,87%**.

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal para o quinquênio **2015-2020**, mais especificamente em relação ao “Indicador 03”, que mede o **tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento** (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números, considerando o ano base de **2015**: **54** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **119** dias para os submetidos ao rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **101** dias, segundo dados do Sistema Hórus. Esse número encontra-se próximo da média atual das Unidades de 1ª instância, que é de **99** dias.

### 3.2. DA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

Conforme situação consolidada em **30/4/2016** (e-Gestão), registra-se a existência de **28** processos aguardando liquidação de sentença na 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa.

No sistema PJe-JT, em consulta realizada no dia **25/5/2016**, constatou-se a existência de **04** processos na fase de liquidação.

### 3.3. DA FASE DE EXECUÇÃO

Segundo dados extraídos do sistema e-Gestão, temos os seguintes números em relação a essa fase do processo:



FASE DE EXECUÇÃO	
Período	1º/5/2015 A 30/4/2016
Execuções pendentes do mês anterior	1.113
Execuções iniciadas	403
Processos desarquivados	1
Processos recebidos de outros órgãos	6
<b>TOTAL</b>	<b>1.523</b>
Execuções encerradas no período	293
Processos remetidos a outros órgãos	41
Processos arquivados provisoriamente	91
Processos pendentes de execução	1.064
Saldo de processos em arquivo provisório	125
<b>Total de processos na fase de execução</b>	<b>1.189</b>

O total de processos que tramita na execução é superior ao verificado na correição anterior, quando foram contabilizados **1.113** processos, havendo um acréscimo de **6,83%**.

Quanto aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal para o quinquênio **2015-2020**, mais especificamente em relação ao “Indicador 03”, que mede o **tempo médio de duração do processo na fase de execução** (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução), temos os seguintes números relativos a **2015**: **437** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **317** dias para os submetidos ao rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **338** dias, segundo dados do Sistema Hórus.

Em relação ao exercício de **2014**, o tempo médio de duração do processo do início da fase até o encerramento da execução foi de: **687** dias para o rito sumaríssimo e **349** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **447** dias, segundo dados do Sistema Hórus.

### 3.4. DOS INCIDENTES PROCESSUAIS

Conforme situação consolidada em **30/4/2016**, temos o seguinte quadro em relação aos incidentes processuais na Unidade correicionada:



<b>INCIDENTES PROCESSUAIS</b>			
<b>1º/5/2015 a 30/4/2016</b>			
	Recebidos	Baixados	Aguardando decisão
Antecipação de tutela	241	171	60
Embargos de declaração	207	207	29
Impugnação à sentença de liquidação	28	24	8
Embargos à execução	80	73	25
Exceção de pré-executividade	21	15	9
<b>TOTAL</b>	<b>577</b>	<b>490</b>	<b>131</b>

Fonte: e-Gestão

Ressalve-se, todavia, ter a Unidade correicionada apresentado números atualizados de decisões proferidas no período posterior aos dados fornecidos pelo sistema e-Gestão, nos quais já se constata grande redução no número de incidentes baixados.

### 3.5. DAS CARTAS PRECATÓRIAS

No período correicionado, a Unidade recebeu **149** cartas precatórias e devolveu **135**, restando **54** pendentes de devolução em **30/4/2016**.

### 3.6. DAS CONCILIAÇÕES

Foram conciliadas, no período correicionado, **403** ações, número que corresponde a **25,59%** do total de processos solucionados.

### 3.7. DOS PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES

<b>VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES (R\$)</b>			
	SUAP (legado)	PJe-JT	TOTAL
Acordo	324.997,09	2.244.775,15	2.569.772,24
Espontâneo	4.885.423,44	414.370,50	5.299.793,94
Execução	7.589.355,14	123.360,09	7.712.715,23
	<b>12.799.775,67</b>	<b>2.782.505,74</b>	<b>15.582.281,41</b>



<b>ARRECADAÇÕES (R\$)</b>			
	<b>SUAP</b>	<b>PJe-JT</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Custas Recolhidas</b>	206.873,20	185.451,36	392.324,56
<b>Contribuição Previdenciária</b>	1.998.658,37	205.375,39	2.204.033,76
<b>Imposto de Renda</b>	160.498,93	1.532,52	162.031,45
<b>TOTAL</b>	<b>2.366.030,5</b>	<b>392.359,27</b>	<b>2.758.389,77</b>
<b>Custas Dispensadas</b>	<b>101.441,04</b>	<b>448.030,67</b>	<b>549.471,71</b>

#### 4. DOS DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

Com base nos autos e sistemas analisados, verificou-se: **a)** o registro, no sistema informatizado, dos atos processuais relevantes; **b)** o pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos; **c)** o uso regular dos sistemas BACENJUD e INFOJUD, com algumas falhas; **d)** o exaurimento das iniciativas do juízo, objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, antes do encaminhamento dos autos ao arquivo provisório; **e)** a imediata liberação do depósito recursal, de ofício ou a requerimento da parte, nos casos em que, após a liquidação da sentença, seja apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do referido depósito; **f)** a inclusão em pauta de processos para tentativa de conciliação na fase de execução.

<b>DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO</b>	
Número de processos inspecionados no exercício de 2015 (SUAP)	-
Número de processos inspecionados de janeiro a abril de 2016	-
PERÍODO	1º/5/2015 A 30/4/2016
<b>BNDT</b>	
Processos com registro de dados	314
Processos com inclusão de devedor	182
Processos com exclusão de devedor	116
Processos com devedores inscritos	1.560
<b>BACENJUD – Consultas realizadas pela Vara</b>	<b>877</b>
Juíza Titular Rita Leite Brito Rolim	568
Juíza Substituta Ana Cláudia Magalhães Jacob	252



INFOJUD (SUAP)	452
RENAJUD (SUAP)	439

## 5. DAS METAS DO CNJ

**Meta 1/2015** - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior: a Unidade correicionada autuou **1.808** feitos e solucionou **1.548**. Percentual alcançado: **85,61%**

**Meta 1/2016** - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente: a Unidade correicionada autuou **675** feitos e solucionou **509**. Percentual medido em **30/4/2016**: **75,40%**

**Meta 2/2016** - Identificar e julgar, até **31/12/2016**, pelo menos 90% dos processos distribuídos até **31/12/2014**: Percentual medido em **30/4/2016**: **103%**, conforme informação disponibilizada pelo Sistema Hórus.

**Meta 3/2016** - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014 em 2 pontos percentuais. No ano de 2013, a Vara correicionada conciliou **28,67%** dos processos solucionados; em 2014, o percentual foi de **29,78%**, perfazendo uma média de **29,22%** no biênio. Portanto, a meta desejada para este ano é de **31,22%**. O índice de conciliação aferido, até o mês de abril, foi de **27,11%**. Percentual medido em **30/4/2016**: **87%**, conforme informação disponibilizada pelo Sistema Hórus.

**Meta 5/2015** - Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente: a Unidade correicionada alcançou o percentual de **131%**, conforme dados extraídos do sistema Hórus.

**Meta 5/2016** - Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução até abril/2016: a Unidade correicionada alcançou o percentual de **87%**, conforme dados extraídos do sistema Hórus.

## 6. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, obtidas por meio de questionário de acompanhamento, a 6ª Vara do Trabalho de João



Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico Institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição construído em abril/2015.

Conforme o Diretor de Secretaria da Vara correicionada, as iniciativas encontram-se monitoradas da seguinte forma:

- a) revisar a pauta de audiências com 15 dias de antecedência, para evitar o adiamento das já designadas - seja por equívoco de intimação das partes litigantes, seja pela demora na publicação das notificações - prática permanente, realizada 10 dias antes da data designada para a audiência;
- b) aumentar a periodicidade das pesquisas (BACENJUD, RENAJUD, etc) em busca de patrimônio dos devedores, nos processos de arquivo provisório - prática permanente (trimestralmente) efetivada por meio de consulta diária.
- c) promover treinamento presencial na Unidade para servidores no PJe-JT até junho/2015. Essa iniciativa, apesar de não realizada no prazo proposto, foi concretizada com os cursos “PJe Básico” (setembro/2015), por meio de Ead, e “Boas Práticas na Execução” (abril/2016), na modalidade presencial.

## 7. DO DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS

### 7.1. Da Juíza Titular Rita Leite Brito Rolim

Os dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão demonstram que a Magistrada Titular Rita Leite Brito Rolim, no período correccionado, realizou **1.189** audiências e solucionou **753** feitos, dos quais **488** com exame de mérito, sendo **176** conciliados, **311** julgados e **01** extinto; e, sem exame de mérito, **265**, sendo **38** extintos, **147** arquivados, **24** com homologações de desistência e **56** com outras decisões. Julgou **378** incidentes processuais, sendo **162** embargos de declaração, **99** antecipações de tutela, **20** impugnações à sentença de liquidação, **82** embargos à execução e **15** exceções de pré-executividade.

Quanto aos prazos médios na fase de conhecimento, a Magistrada demandou **6,09** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito sumaríssimo, e **13,4** dias no rito ordinário. Proferiu **187** sentenças líquidas e converteu **55** processos em diligência.

### 7.2. Da Juíza Substituta Ana Cláudia Magalhães Jacob

Os dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão demonstram que a Magistrada Substituta Permanente, no período de **1º/5/2015 a 30/4/2016**, realizou **1.028**



audiências e solucionou **559** feitos, dos quais **341** com exame de mérito, sendo **132** conciliados, **208** julgados e **01** extinto; e, sem exame de mérito, **218**, sendo **47** extintos, **111** arquivados, **36** com homologações de desistência e **24** com outras decisões. Julgou **120** incidentes processuais, sendo **53** embargos de declaração, **64** antecipações de tutela e **03** embargos à execução. Quanto aos prazos médios na fase de conhecimento, a Magistrada demandou **14,74** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito sumaríssimo, e **18,91** dias no rito ordinário. Proferiu **145** sentenças líquidas e converteu **48** processos em diligência.

### **7.3. Dos demais Juizes que eventualmente atuaram na Unidade**

**Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim:** **06** processos solucionados com exame de mérito, sendo **04** conciliados e **02** julgados. Proferiu **01** sentença líquida.

**Ana Paula Cabral Campos:** **16** processos conciliados. Julgou **07** incidentes processuais, sendo **05** embargos de declaração e **02** antecipações de tutela.

**Flávio Londres da Nóbrega:** **05** processos julgados com exame de mérito. Quanto ao prazo médio na fase de conhecimento, o Magistrado demandou **19** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito sumaríssimo, e **37** dias no rito ordinário. Proferiu **02** sentenças líquidas.

**Francisca Poliana Aristóteles Sá de Carvalho:** **01** processo julgado com exame de mérito.

**Francisco Xavier de Andrade Filho:** **33** processos solucionados, destes, **25** com exame de mérito, sendo **11** conciliados e **14** julgados; e, sem exame de mérito, **08**, sendo **01** extinto, **05** arquivados e **02** com homologações de desistência. Julgou **04** embargos de declaração. Quanto aos prazos médios na fase de conhecimento, o Magistrado demandou **08** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito sumaríssimo, e **35,63** dias no rito ordinário. Proferiu **05** sentenças líquidas e converteu **01** processo em diligência.

**George Falcão Coelho Paiva:** **98** processos solucionados, destes, **76** com exame de mérito, sendo **40** conciliados e **36** julgados; e, sem exame de mérito, **22**, sendo **03** extintos, **16** arquivados e **03** com homologações de desistência. Julgou **05** incidentes processuais, sendo **04** embargos de declaração e **01** antecipação de tutela. Quanto ao prazo médio na fase de conhecimento, o Magistrado demandou



**43,14** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito ordinário. Proferiu **07** sentenças líquidas e converteu **03** processos em diligência.

**José Guilherme Marques Júnior:** **16** processos solucionados, destes, **12** com exame de mérito, sendo **06** conciliados e **06** julgados; e, sem exame de mérito, **04**, sendo **01** extinto e **03** arquivados.

Quanto aos prazos médios na fase de conhecimento, o Magistrado demandou **126** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito sumaríssimo, e **68,40** dias no rito ordinário. Converteu **02** processos em diligência.

**Lindinaldo Silva Marinho:** **12** processos solucionados, destes, **07** com exame de mérito, sendo **01** conciliado, **04** julgados e **02** extintos; e, sem exame de mérito, **05** arquivados. Julgou **01** embargo de declaração.

Quanto ao prazo médio na fase de conhecimento, o Magistrado demandou **02** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito sumaríssimo, e **2,17** dias no rito ordinário. Proferiu **01** sentença líquida.

**Luiz Antônio Magalhães:** **08** processos solucionados, destes, **04** com exame de mérito, sendo **02** conciliados e **02** julgados; e, sem exame de mérito, **04**, sendo **03** arquivados e **01** como homologação de desistência.

Quanto ao prazo médio na fase de conhecimento, o Magistrado demandou **01** dia para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito ordinário.

**Renata Maria Miranda dos Santos:** **63** processos solucionados, destes, **51** com exame de mérito, sendo **13** conciliados, **37** julgados e **01** extinto; e, sem exame de mérito, **12**, sendo **01** extinto, **09** arquivados e **02** com homologações de desistência. Julgou **06** incidentes processuais, sendo **04** embargos de declaração e **02** antecipações de tutela.

Quanto aos prazos médios na fase de conhecimento, a Magistrada demandou **4,67** dias para proferir sentença, após conclusos os autos para julgamento no rito sumaríssimo, e **19,57** dias no rito ordinário. Converteu **03** processos em diligência.

## 8. DAS RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico que tem pautado os trabalhos correicionais, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor recomenda: **1) aos Juízes que atuam na Vara o seguinte: a) dediquem atenção aos prazos médios para realização da primeira audiência nos ritos**



ordinário (62,27 dias) e sumaríssimo (58,92 dias), estabelecendo como meta o prazo estabelecido no inciso III do art. 852-B da CLT; **b)** encaminhem à Procuradoria da Fazenda Nacional cópias das decisões que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, consoante Recomendação TRT SCR nº 003/2012; **c)** observem com rigor o cumprimento da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, da Presidência do TST e da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam a presença de agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentencas.dsst@mte.gov.br](mailto:sentencas.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização; **d)** determinem a intimação do INSS quando, nas razões recursais, forem impugnadas as contribuições previdenciárias; **e)** incluam processos da fase de execução em pautas de audiência de conciliação, a fim de dar efetividade às decisões exequendas e reduzir o acervo processual dessa fase; **f)** realizem inspeção ordinária anual em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado deste Regional; **g)** adotem as providências necessárias para atingir, neste exercício, as metas do CNJ e as estabelecidas pelo Planejamento Estratégico do Tribunal; **h)** atentem para a cobrança de custas e emolumentos estabelecidos nos artigos 789-A e 789-B da CLT; **i)** somente dispensem o pagamento de custas processuais quando verificadas as hipóteses previstas no parágrafo 3º do artigo 790 da CLT; **j)** priorizem a tramitação e o julgamento das ações coletivas e das reclamações trabalhistas que envolvam acidentes de trabalho, nos termos do artigo 43, alínea “e”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e da Recomendação Conjunta nº 1/GP.CGJT, de 3/5/2011; **k)** mantenham esforços para tornar efetivas e céleres as diligências relacionadas à realização de perícias; **2) ao Diretor de Secretaria da Vara que:** **a)** permaneça mantendo a conduta rotineira de acompanhamento dos relatórios fornecidos pelo e-Gestão no *site* do TST e, também, pelo sistema Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade; **b)** monitore, no sistema PJe-JT, a aba “agrupadores”, importante ferramenta de gestão processual, mantendo-a sempre atualizada; **c)** monitore, no sistema PJe-JT, as tarefas “Análise de conhecimento” e “Análise de execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito; **d)** permaneça orientando os servidores no sentido de cumprirem com a celeridade necessária as determinações contidas nos despachos e decisões proferidas nos processos, acompanhando os relatórios de pendências encaminhados diariamente à Unidade, inclusive naqueles que se encontram aguardando a entrega do laudo pericial, a exemplo do Processo 0130179-94.2015.5.13.0006; **e)** acompanhe o mapa de contribuição da Vara



correicionada realizado com a Assessoria de Gestão Estratégica, buscando cumprir as iniciativas assumidas pela equipe; **f)** providencie a baixa no sistema da Carta de Ordem nº 0001321.2014.0006; **g)** antes do arquivamento provisório dos autos, emita certidão atestando a inexistência de depósito judicial/recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor, conforme modelo constante no anexo IV da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a exemplo do Processo 0130736-81.2015.5.13.0006; **3) aos servidores da Vara que canalizem esforços para cumprirem, com a celeridade necessária, as determinações contidas nos despachos e demais decisões proferidas nos processos que tramitam na Unidade.**

## 9. DAS DETERMINAÇÕES

O Desembargador Vice-Presidente no exercício da Corregedoria, com base na análise dos processos correicionados, **DETERMINA à 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa** que: **1)** promova uma revisão nos processos mencionados no tópico **“DAS RECOMENDAÇÕES”**, com a finalidade de corrigir as falhas relatadas; **2)** proponha, com a maior brevidade possível, a solução para o Processo 0108700-16.2013.5.13.0006, em atenção ao princípio da duração razoável do processo, considerando os termos da certidão circunstanciada do Diretor de Secretaria de 28/1/2016. Ato contínuo, expeça ofício à Secretaria da Corregedoria, noticiando o cumprimento das determinações acima elencadas.

## 10. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor constata a regularidade da atividade judicial na 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, destacando o excelente resultado parcial alcançado para fins de cumprimento da Meta 2 do CNJ (**103%**), razão pela qual parabeniza a equipe e espera igual desempenho até o final deste exercício.

Por outro lado, verifica o não cumprimento da Meta 1 do CNJ no ano de 2015 (**85,61%**), fato que também não vem ocorrendo neste ano (**75,40%**), motivo pelo qual exorta os magistrados atuantes neste juízo a adotarem medidas mais efetivas, visando à solução dos processos distribuídos e ainda pendentes de solução, para que a Vara correicionada alcance esse objetivo de fundamental importância estratégica para o Tribunal no final deste exercício.

O Corregedor constata também o índice de conciliação alcançado no período correicionado (**25,59%**), um pouco superior ao registrado na correição anterior (**25,02%**), colocando-se abaixo dos percentuais atingidos por outras unidades do Regional, que oscilam entre 30% e 35%. Em razão disso, recomenda aos



magistrados que adotem medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, em consonância com o fim social que norteia a Justiça do Trabalho, para que, ao final deste ano, a Unidade alcance as Metas 1 e 3 do CNJ.

Observa que o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (**101 dias**) se encontra um pouco acima da média da situação atual das Unidades de 1ª instância (**99 dias**), podendo ser reduzido com a adoção de iniciativas que visem à diminuição dos prazos médios para realização da primeira audiência, nos ritos sumaríssimo e ordinário, majorados em relação à correção anterior, além de um maior acompanhamento dos processos que aguardam realização de perícias, cujo tempo de espera, em algumas ações, é superior a 6 meses.

O Corregedor destaca a significativa redução no prazo de duração do processo na fase de execução, de **447 dias**, no exercício de 2014, para **338 dias**, no ano de 2015. Por outro lado, registra um discreto aumento no acervo de processos nessa fase, de **1.113**, na correção anterior, para **1.189**, no atual período, o que demonstra a necessidade de medidas que busquem a diminuição desse quantitativo, como a designação de audiências de conciliação para os processos que tramitam nessa fase, a fim de assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5 do CNJ (**87%**), atingida em 2015 (**131%**).

Por último, ressalta que, em decorrência da crise econômica que o Brasil está enfrentando e dos recentes cortes orçamentários no Poder Judiciário, todos os tribunais do trabalho do país estão adotando medidas austeras, para adequar as despesas ao orçamento aprovado para este ano. Nesse contexto, em nome da Presidência deste Tribunal, o Corregedor conclama a colaboração de todos na otimização dos recursos (energia, água, telefonia, materiais de expediente), com o intuito de reduzir despesas, ressaltando que a Administração tem buscado medidas, para evitar a perda de qualquer benefício, vantagem ou direito, tanto dos magistrados como dos servidores.

Diante dessas considerações, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor enaltece o serviço prestado por todos aqueles que integram a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, resultado do esforço de uma equipe que demonstra comprometimento na busca por uma prestação eficiente e célere, merecendo registro a atuação gerencial do Diretor de Secretaria Abílio de Sá Neto.

## 11. DOS AGRADECIMENTOS

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor agradece à Juíza Titular Rita Leite Brito Rolim, à Juíza Substituta Permanente Ana Cláudia Magalhães Jacob, ao Juiz Substituto George Falcão Coelho Paiva, ao Diretor de Secretaria Abílio de Sá Neto, aos Servidores Cynthia Fabel Leal, Elizael Soares Pereira,



Flávia Raquel Miranda Dias Borges, Joseni Ribeiro de Araújo, Lúcio Flávio da Silva, Manoel dos Santos Lima, Marcelo Moreira Gouveia Santos, Maria Aurileide Rocha Lobo, Marie Suzanne Malzac, Marília Monteiro Quaresma, Olga Leite Sousa Pires de Figueiredo, Sirlei Aparecida Dias Moura, Tatiana Mércia Borges Dock Pinheiro e Thelma Íris Sobreira Gomes de Lira, pelo tratamento cordial durante os trabalhos de correição.

## 12. DO ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor encerrou os trabalhos, nesta data, deixando assinado o prazo de 08 dias, a contar do recebimento da respectiva Ata de Correição, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações. A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet. Ata lavrada na cidade de João Pessoa, aos 25 dias do mês de maio de 2016.

**EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA**

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor

**RITA LEITE BRITO ROLIM**

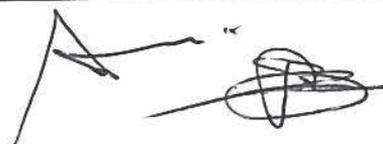
Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa

**6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA**  
**23 A 25 DE MAIO DE 2016**

**TABELA DE PROCESSOS ANALISADOS – SISTEMA PJe-JT**

**ANEXO I**

RTOrd 0130438-89.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0131595-97.2015.5.13.0006
RTOrd 0130599-02.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0132001-21.2015.5.13.0006
RTOrd 0130225-83.2015.5.13.0006	ConPag 0130884-04.2015.5.13.0003
RTOrd 0130849-35.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0130468-27.2015.5.13.0006
RTOrd 0131659-10.2015.5.13.0006	RTOrd 0130089-86.2015.5.13.0006
RTOrd 0130459-65.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0131155-04.2015.5.13.0006
RTSum 0131914-65.2015.5.13.0006	RTAlç 0130579-11.2015.5.13.0006
RTSum 0131395-90.2015.5.13.0006	ExtTAC 0000482-83.2016.5.13.0006
RTOrd 0131645-26.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0130649-28.2015.5.13.0006
RTOrd 0131265-03.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0130429-30.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0131610-66.2015.5.13.0006	RTSum 0131029-51.2015.5.13.0006
RTOrd 0130448-36.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0131449-56.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTSum 0131638-34.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	RTOrd 0130289-93.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0131512-81.2015.5.13.0006	RTOrd 0130968-93.2015.5.13.0006
RTOrd 0130743-73.2015.5.13.0006	RTOrd 0132038-48.2015.5.13.0006
RTOrd 0131370-77.2015.5.13.0006	RTOrd 0131962-24.2015.5.13.0006
RTSum 0131483-31.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>	ExProvAS 0000040-20.2016.5.13.0006
RTOrd 0131550-93.2015.5.13.0006	RTOrd 0130679-63.2015.5.13.0006



RTOrd 0131561-25.2015.5.13.0006	RTOrd 0130179-94.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0131566-47.2015.5.13.0006	RTOrd 0130111-47.2015.5.13.0006
RTOrd 0131197-53.2015.5.13.0006	RTOrd 0131198-38.2015.5.13.0006
RTOrd 0131026-96.2015.5.13.0006	ConPag 0130203-25.2015.5.13.0006
RTOrd 0130666-64.2015.5.13.0006	RTOrd 0130873-63.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0130081-46.2014.5.13.0006	RTOrd 0130639-81.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0131467-77.2015.5.13.0006	RTOrd 0130069-95.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0131417-51.2015.5.13.0006	RTSum 0131139-50.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0130324-53.2015.5.13.0006	RTSum 0130529-82.2015.5.13.0006
RTOrd 0130695-17.2015.5.13.0006	RTSum 0130010-10.2015.5.13.0006
RTOrd 0130736-81.2015.5.13.0006	RTOrd 0131307-52.2015.5.13.0006
RTSum 0000344-19.2016.5.13.0006	RTOrd 0130899-61.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>
RTOrd 0130949-87.2015.5.13.0006	RTOrd 0000440-34.2016.5.13.0006
RTOrd 0130880-55.2015.5.13.0006	RTOrd 0131118-86.2015.5.13.0002
RTOrd 0130510-76.2015.5.13.0006	RTOrd 0131740-56.2015.5.13.0006
RTOrd 0130375-64.2015.5.13.0006	MS 0000182-24.2016.5.13.0006
RTOrd 0130434-52.2015.5.13.0006	RTOrd 0131528-35.2015.5.13.0006 <b>Despacho</b>